RBMT
www.rbmt.com.br
Notícias sem moagem

Sexta-Feira, 08 de Agosto de 2025

PF:Dados de autoridades eram vendidos a facções

Batizada 'I-Fraude', a ofensiva cumpriu mandados em São Paulo (3), Pernambuco (1), Rondônia (2), Minas (4) e Alagoas (1)

A Polícia Federal vasculhou endereços em cinco Estados na manhã desta quarta-feira, 31, para investigar a venda de informações pessoais de autoridades a facções do crime organizado. Os dados confidenciais de agentes públicos teriam sido acessados por meio de invasão de bancos de dados de sistemas federais.

Segundo a PF, a quadrilha montou um painel de informações que contava com ao menos dez mil 'assinantes'. A média de consultas mensais às informações pessoais roubadas era de dez milhões. Dentre os usuários, foi possível identificar até integrantes das forças de segurança.

Batizada 'I-Fraude', a ofensiva cumpriu mandados em São Paulo (3), Pernambuco (1), Rondônia (2), Minas (4) e Alagoas (1). A operação foi autorizada pela 12ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, que ainda impôs medidas cautelares alternativas à prisão aos investigados.

A investigação mira supostos crimes de invasão de dispositivo informático, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Segundo a PF, as investigações tiveram início após a identificação da invasão de banco de dados de sistemas federais, os quais continham informações pessoais de milhares de cidadãos.

A quadrilha sob suspeita vendia acesso a um painel de consulta com as informações de 'inúmeras autoridades e pessoas publicamente conhecidas'. O serviço era divulgado nas redes sociais.

Os investigadores apontam que os alvos da operação comercializavam planos de mensalidades, de acordo com o número de consultas que seriam realizadas no banco de dados.

Entre os usuários estavam integrantes de facções criminosas e membros de forças de segurança, os quais acessavam o painel gratuitamente. No entanto, em troca do acesso, o servidor precisava enviar à quadrilha uma foto de sua carteira funcional. Assim, os investigados conseguiram um cadastro com foto de milhares de servidores da segurança pública, também fornecendo esses dados na plataforma ilegal.

A PF alertou que a 'utilização e comercialização de sistemas de pesquisa ilícitos cujos insumos são dados pessoais, ilicitamente obtidos, fomenta a indústria de intrusão em bancos de dados, em especial de órgãos públicos, incentivando a ação de grupos especializados nesse tipo de crime'.

fonte leia já

Image not found or type unknown